BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 29 CAPITAL FEDERAL QUARTA-FEIRA, 8 DE MARÇO

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.

1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário: Senador *Freitas Cavalcanti.*
3º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
4º Secretário: Senador Novaes Filho.
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

LIDERES E VICE-LIDERES

Da Maioria

Líder — Moura Andrade (P.S.D.)

Vice-Líderes

Victorino Freire (P.S.D.)
Lima Teixeira (P.T.B.)
Lobão da Silveira (P.S.D.)
Paulo Fender (P.T.B.)

Da Minoria

Líder: João Villasbôas (UDN).

Vice-Líderes:

Rui Palmeira (UDN)
Afonso Arinos (UDN)
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

Líder: *Benedito* Valladares
Vice-líder: Gaspar Veloso.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo
Vice-líderes: Vivaldo Lima — Saulo Ramos e Arlindo Rodrigues.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Vice-Líder: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atilio Vivacqua.
Vice-Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

SENADO FEDERAL

Presidência

Sessões preparatórias da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura

Faço saber que, nos têrmos do art. 2º do Regimento Interno, terão início no dia 10 do mês em curso, as sessões preparatórias da 3ª sessão legislativa ordinaria da 4ª legislatura, realizando-se as 14 horas e 30 minutos, no Plenario do Senado, com a seguinte finalidade:

dia 10 — eleição do Vice-Presidente
diá 11 — eleição dos Secretários e Suplentes de Secretarios.

Senado Federal, em 3 de março de 1961.
João Goulart, Presidente.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente
Cunha Mello
Freitas Cavalcanti
Gilberto Marinho
Novaes Filho
Mathias Olympio
Heribaldo Vieira.

Secretario: *Evandro Mendes Viana* Diretor Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Lourival Fontes — Presidente
Daniel Krieger — Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Silvestre Péricles
Jefferson de Aguiar
Ruy Carneiro
Caiado de Castro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Milton Campos
Atilio Vivacqua

SUPLENTES

PSD:

1º Gaspar Veloso
2º Jarbas Maranhão
3º Francisco Gallotti
4º Ari Viana

PTB:

1º Mourão Vieira
2º Barros Carvalho
3 Lima Teixeira

UDN:

1º Afonso Arinos
2º Joaci Arruda
3º João Villasbôas

Secretaria: Maria do Carmo Rondor Ribeiro Saraiva. Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Ari Viana — Presidente
Fernandes Távora — Vice-Presidente
Ale Guimarães
Lobão da Silveira
Lima Teixeira
Leônidas Melo
Guido *Mondim*
Joaquim Parente
Sergio Marinho

SUPLENTES

PSD:

1º Eugenio Barros
2º Jefferson de Aguiar
3º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Amaury de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Nelson Maculan (*)

UDN:

1º Reginaldo Fernandes
2º *Fernando Corrêa*
3º Irineu Bornhausen

Secretaria: Romilda Duarte. Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Padre Calazans — Vice-Presidente
Jarbas Maranhão
Barros Carvalho — Presidente (interino)
Paulo Fernandes
Saulo Ramos
Reginaldo Fernandes
Mem de Sá

SUPLENTES

PSD:

1º Lobão da Silveira
2º Sebastião Archer

PTB:

1º Lima Teixeira
2º Leônidas Melo (*).

UDN:

1º Afonso Arinos
2º Milton Campos

PL:

Secretaria: Oiza José Muniz de Melo, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Ari Viana
Gaspar Veloso — *Presidente*
Vivaldo Lima — Vice-Presidente
Francisco Gallotti
Victorino Freire
Vago
Jorge Maynard
Caiado de Castro
Barros Carvalho
Saulo Ramos
Fernando Távora
Daniel Krieger
Irineu Bornhausen
Fernando Corrêa
Dix-Huit Rosado
Mem de Sá

SUPLENTES

PSD:

1º *Menezes Pimentel*
2º Jefferson de Aguiar
3º Ruy Carneiro
4º Jarbas Maranhão
5º *Eugenio Barros*
6º Silvestre Péricles

PTB:

1º Nelson Maculan
2º Arlindo Rodrigues
3º Guido *Mondim*
4º Joaquim Parente
5º Lima Teixeira

UDN:

1º Milton Campos
2º Padre Calazans
3º Rui Palmeira
4º Guimarães Vieira
João Arruda

PL:

Vago

Secretario: *Renato* Chermont Oficial Legislativo

Reuniões: Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente

(*) Substituido temporàriamente pelo Sr. Antonio Baltar.

(*) Substituido temporàriamente pelo Sr. Antonio Baltar (6-3-60)

Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Caiado de Castro
Paulo Fender
Ernesto Borhausen
João Arruda

SUPLENTES

PSD:
1º Ari Viana
2º Francisco Gallotti
3º Sebastião Archer

PTB:
1º Miguel Couto
2º Lourival Fontes
3º Vivaldo Lima
4º Dix-Huit Rosado
5º Padre Calazans

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Comissão de Redação

TITULARES

Argemiro de Figueiredo — Presidente
Sebastião Archer — Vice-Presidente
Ari Viana
UDN:
Afonso Arinos
Padre Calazans
Fausto Cabral

SUPLENTES

PSD:
1º Menezes Pimentel
2º Ruy Carneiro

PTB:
Lourival Fontes

UDN:
1º Daniel Krieger
2º Joaquim Parente

Secretária: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Afonso Arinos — Presidente
Benedito Valadares — Vice-Presidente
Gaspar Veloso
Paulo Fernandes
Lourival Fontes
Miguel Couto
Vivaldo Lima
Rui Palmeira
Mem de Sá

SUPLENTES

PSD:
1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Lobão da Silveira

PTB:
1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Vago

UDN:
1º Milton Campos
2º João Arruda

Secretário: João Batista Castejon Branco, Oficial Legislativo.
Reunião: Quartas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes — Presidente
Alô Guimarães — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Miguel Couto
Paulo Fender

SUPLENTES

PSD:
1º Leônidas Melo
2º Eugênio Barros

PTB:
1º Vivaldo Lima
2º Saulo Ramos

UDN:
1º Fernandes Távora
2º Dix-Huit Rosado

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues — Oficial Legislativo
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Jefferson de Aguiar — Presidente
Caiado de Castro — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Jarbas Maranhão
Arlindo Rodrigues

SUPLENTES

PSD:
1º Francisco Gallotti
2º Ruy Carneiro
3º Vago

PTB:
1º Saulo Ramos
2º Lima Teixeira

UDN:
Fernando Corrêa
Sérgio Marinho

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente
Ari Viana
Caiado de Castro
Nelson Maculan
Joaquim Parente
Mem de Sá

SUPLENTES

PSD:
1º Ruy Carneiro
2º Mendonça Clark (do PR).

PTB:
1º Leônidas Melo
2º Guido Mondim

UDN:
1º Coimbra Bueno
2º Padre Calazans

PL:
Vago

Secretária: Italina Cruz Alves — Oficial Legislativo.
Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Francisco Gallotti — Presidente
Joaquim Parente — Vice-Presidente
Eugênio Barros
Nelson Maculan
Coimbra Bueno

SUPLENTES

PSD:
1º Ari Viana
2º Vitorino Freire

PTB:
Barros Carvalho

UDN:
1º Sérgio Marinho
2º João Arruda

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES			FUNCIONÁRIOS		
Capital e Interior			Capital e Interior		
Semestre	Cr$	50,00	Semestre	Cr$	39,00
Ano	Cr$	96,00	Ano	Cr$	76,00
Exterior			Exterior		
Ano	Cr$	136,00	Ano	Cr$	108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sòmente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr$ 0,50.

Comissão Especial de Estudo dos Problemas do Vale do Rio Doce

Benedito Valadares — Presidente.
Lima Teixeira.
... (vaga).
Jorge Maynard.
Attílio Vivacqua.
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo

Comissão Especial de Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Attílio Vivacqua.
... (vaga do Sen. Lima Guimarães).
Lino de Mattos.
Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação.

Lima Teixeira — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.
Francisco Gallotti.
Gilberto Marinho.
Gaspar Velloso.
Mourão Vieira
Guido Mondim.
Coimbra Bueno.
Attílio Vivacqua.
Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Comissões Especiais

Comissão Especial de Estudo dos Problemas do Sêca do Nordeste

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Francisco Gallotti.
Arlindo Rodrigues.
Jorge Maynard.
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

ATA DA 6ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 4ª LEGISLATURA, EM 7 DE MARÇO DE 1961

PRESIDÊNCIA DOS SRS. FILINTO MULLER, CUNHA MELLO, GILBERTO MARINHO E NOVAES FILHO.

Às 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Cunha Mello — Vivaldo Lima — Paulo Fender — Lobão da Silveira — Mendonça Clark — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Novaes Filho — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Del-Caro — Ary Vianna — Arlindo Rodrigues — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Moura Andrade — Lino de Mattos — Padre Calazans Fillinto Muller — Lopes da Costa — Gaspar Velloso — Francisco Gallotti — Daniel Krieger — Guido Mondim. — (28).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 28, Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Jorge Maynard, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

Não há sobre a mesa, expediente para ser lido.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho.

O SR. NOVAES FILHO:

(*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, sou assíduo leitor do brilhante diplomata e economista, o Embaixador Roberto Campos.

No último domingo, a edição do "Correio da Manhã" traz mais um

trabalho dêsse nosso inteligente e culto patrício sôbre o conceito de neutralismo.

Há um trecho onde diz o eminente diplomata:

"Distingamos finalmente *neutralismo ideológico de neutralismo tático*. O primeiro não tem cabimento no Brasil, pois que a Constituição Federal nos vincula ao regime democrático e de livre emprêsa, em moldes ocidentais. O segundo é perfeitamente concebível e *um timoneiro que combinasse* "audácia e medida" poderia dêle extrair benefícios para a nação".

Lolo adiante, diz o ilustre economista:

"Isso não significa que, mesmo mantida uma posição de compromissamento ideológico ou institucional, em favor do Ocidente, não seja possível um "neutralismo tático".

E ainda:

"Esta especulação provoca-me mais fadiga que satisfação. O mesmo provàvelmente terá acontecido aos leitores".

Confesso que, em relação a mim, tive mais fadiga que satisfação, sobretudo porque verifiquei certo cuidado ou dificuldade, do ilustre diplomata brasileiro, em lançar com clareza a sua idéia ou em defender o seu ponto de vista. Tanto assim, que diz o autor no final dêsse trabalho:

"O leitor achará a presente discussão inconclusiva. Eu também".

São expressões do Diplomata Roberto Campos.

Sr. Presidente, desejo fazer alguns comentários em tôrno da tese defendida pelo ilustre diplomata e economista, e nenhuma tribuna mais apropriada do que a parlamentar para que se examine, se debata, e se investigue idéias e pontos de vista sôbre o cenário nacional. Como considero o Embaixador Roberto Campos uma das boas figuras da elite brasileira, entendi que deveria, muito embora com deficiência, modesto plantador de cana que sou, bordar comentários em tôrno de seu trabalho.

Não se pode, Sr. Presidente, discordar da conceituação: admitamos que ela esteja exata, colocada em altos e bons têrmos — neutralismo ideológico e neutralismo tático.

Entretanto, como o ilustre diplomata se refere às posições neutralistas adotadas pelo Marechal Tito, por Nehru, e por Nasser, permito-me fazer algumas ponderações. A meu ver, êsses chefes de Estado não adotaram posição neutralista em têrmos rigorosamente táticos e muito menos ideológicos. Senão, vejamos: o Marechal Tito, discordando em alguns pontos da doutrina comunista e permitindo-se aplicá-la no seu País com algumas *nuances*, naturalmente que se sente, hoje, ao alcance das baterias vermelhas. Daí recorrer à posição de neutralista, *não desagradando de todo à* Rússia e ficando em situação de, amanhã, pedir o socorro do Ocidente, se vier a ser atacado. Por outro lado a Índia, onde realmente há uma filosofia de vida, há uma cultura, há pontos espirtuais e de inteligência que enternecem a quantos acompanham a vida e a velha civilização indu, a Índia, repito, já tem parte do seu território invadido pelas tropas da China Vermelha, de modo que sua posição não poderia ser senão a chamada neutralista, para agradar a Rússia, a fim de que esta não apoie Pequim na invasão já iniciada. Ao mesmo tempo, em boa situação com o Ocidente, poderá dêle socorrer-se se, amanhã, vier a sofrer maiores opressões.

Assim também o Ditador Nasser não é neutralista meramente por tática: é neutralista por fôrça das circunstâncias que o rodeiam; é ainda, como está bem lembrado o incidente de Suez, porque receia Israel, e não encontra em muitas nações árabes apoio para sua caminhada em demanda do comunismo, de modo que fica neutralista. Simpatias com Moscou e ardorosa cordialidade com o Ocidente, para dêle se valer se, amanhã, vier a ser atacado em outros setores.

Sr. Presidente, fiz esta modesta *análise, apenas no cumprimento* do meu dever de parlamentar, tratando-se de assunto da mais alta importância para o Brasil.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com *todo o prazer*.

O Sr. Caiado de Castro — Nobre Senador, permita-me a liberdade de dizer que receio esteja o Brasil marchando exatamente para o ponto a que V. Exª se refere. Com o reatamento das relações com a Rússia — *já que a parte comercial é um fato*, pois o próprio Govêrno já está comprando petróleo daquele país — receio nobre Senador, que esta política vá nos conduzir a um dêsses caminhos a que V Exª se refere. Por isso maiores são as minhas apreensões; *dia a dia mais me preocupo, sobretudo* quando observo a situação especial do Brasil, onde grande é a miséria e onde já há fome.

O SR. NOVAES FILHO — Agradeço o aparte do eminente Senador Caiado de Castro. Não desejo, por *enquanto, entrar na apreciação do* problema do reatamento de relações com a Rússia porque, pelas notícias divulgadas, o assunto parece ainda distante de solução. Mas, aproveitando o ensejo e como desejo ser sempre homem cujo sentimento de *justiça não se deixa empanar por* motivo algum informo ao eminente Senador que me avistei apenas uma vez com o honrado Sr. Presidente Jânio Quadros, quando convocado, com tôda a minha Bancada. Na conversação que então mantivemos, *na parte referente a ideologias*, recolhi a impressão de que o Chefe do Govêrno do Brasil é homem absolutamente seguro no que diz respeito ao problema comunista.

Sr. Presidente, continuarei na minha análise fria e serena a respeito do trabalho do brilhante diplomata e economista Embaixador Roberto Campos, a que ora me reporto. Mostrava eu as circunstâncias especiais que levaram o Chefe do Govêrno indú, cuja bandeira pacifista o mundo inteiro conhece, a manifestar a repugnância da Índia às soluções de fôrça e à posição dos Ditadores do Egito e da Iugoslávia que, ao meu ver, não se enquadram tão bem na definição traçada pelo ilustre diplomata e economista. E maior estranheza ainda me causou que êsse digno diplomata, com tão bons títulos a acompanhá-lo, insinue que seria útil o Brasil adotar a posição de país neutralista, aconselhando tal política.

Neutralista por que, pergunto eu ao Senado da República e ao povo do Brasil? Nosso País *situa-se num* Continente pacífico, cercado de Nações irmãs e amigas. Encontramo-nos ao lado das democracias, o que nos vai bem, na defesa da liberdade. Entretanto, mesmo ao lado das democracias, não está o Brasil impedido de assumir, *no plano internacional*, posições de independência e de soberania, atitudes compatíveis com os verdadeiros regimes democráticos. A democracia é o regime da liberdade, do livre pensamento, onde todos opinam, onde o direito de discordar *também é conferido aos pequenos*, em face da opinião dos poderosos. Assim, ao lado das democracias o Brasil encontra as maiores razões de segurança, os melhores motivos de convicções, porque, com as democracias, estamos com a própria raça, com a língua, com a mesma educação cristã, com a mesma cultura, com a mesma formação espiritual, com as mesmas tradições, com *os mesmos anseios*.

Por que, então o Brasil, para assumir atitudes viris, altas — e pode e deve assumi-las, em face do desenvolvimento da política internacional — precisa enfraquecer a democracia, o espírito democrático ao qual se liga, e adotar a posição de neutralista? Por que formar ao lado do Marechal Tito, do Coronel Nasser, do Presidente Sukarno, da Indonésia, Ditadores que, para se manterem, são obrigados a fórmulas governamentais de opressão e violência que tanto repugnam à formação e ao espírito do povo brasileiro.

Daí, Sr. Presidente, minha profunda discordância do artigo do Embaixador Roberto Campos.

Por que deixármos a fraternal união com os princípios que defende o Ocidente para irmos às terras sonnadoras do Oriente, onde nenhum motivo de afinidade ou tradição comercial encontrariamos, para a colocação dos nossos produtos de exportação? Por que?

Os chamados países neutralistas, como acabei de dizer ao Senado, encontram-se em meio a torturas e dificuldades de tôda ordem. São Nações subdesenvolvidas, e pequenas, excetuada apenas a Índia, grande em população, porém pequena em riquezas e possibilidades econômicas. Assim, nem sequer grandes possibilidades comerciais êsses países nos poderiam oferecer porque lhes faltam certas condições a que acabei de aludir.

Dessa fórma, Sr. Presidente, li surprêso o artigo do eminente diplomata, que não tenho a honra de conhecer pessoalmente, mas a quem sempre admirei, sendo seu leitor assíduo, pois reconheço suas qualidades de estudioso dos problemas econômicos, de homem de inteligência e patriotismo.

Está despretensiosa digressão em tôrno do trabalho de Roberto Campos, não pode e nem deve surpreender aos eminentes pares, já afeitos ao meu devotamento ao regime democrático, ao meu entusiasmo, à minha fé e confiança em tudo quanto diga respeito ao sistema da liberdade.

Entendo que a idéia lançada pelo ilustre diplomata, com a autoridade do seu nome, de sua inteligência e cultura, não deveria passar sem comentários. Pena é que tais comentários não partam de uma alta autoridade no assunto. Eu os faço com boa vontade, com humildade e modéstia, mas sob as mais elevadas inspirações do meu patriotismo e das minhas inabaláveis convicções democráticas. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

Durante o discurso do Sr. Novaes Filho, o Sr. Filinto Müller deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Caiado de Castro.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, antes de iniciar minha oração desejaria justificar *o projeto que acabo de enviar* à Mesa, sôbre a iluminação da sala das sessões.

Sr. Presidente, estamos em um período de sessões extraordinárias que termina amanhã no qual nada fizemos. Não discutimos um só projeto nem houve número para votação, uma só vez e, ao que me consta, está apenas marcada uma reunião de Comissão: o papel do Senado tem sido inútil, além de estar ameaçado, de vez em quando, de ter suspensa a sessão, como hoje, por falta de luz. Foi necessária, mesmo uma tolerância de alguns minutos, para que pudéssemos iniciar nossos trabalhos.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exª. um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — A convocação partiu da outra Casa do Congresso.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Sei perfeitamente que foi a Câmara dos Deputados, mas não estou querendo censurar ninguém.

Apenas anoto o fato.

O Sr. Vivaldo Lima — Deveria V. Exª, censurar a Câmara dos Deputados, que fêz a convocação. Esta a finalidade do meu aparte.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Estou dizendo, nobre Senador Vivaldo Lima que houve uma Convocação Extraordinária e nada fizemos. E ainda há os contratempos, hoje por exemplo, quase não se realizou a sessão por falta de luz e, como se não bastasse somos obrigados a galgar, três ou quatro vêzes por dia a escada conhecida pelo nome de "Esperança dos Suplentes" para chegar ao plenário, porque os elevadores não *funcionam*.

Além do mais, Sr. Presidente, hoje, ao penetrar no recinto esbarrei fortemente numa poltrona quase quebrando a perna, porque não havia luz e infelizmente a velinha de sêbo que, em casos idênticos, costuma haver na mesa da Presidência, ainda não estava acesa.

Precisamos impedir mal maior, e o nobre Senador Vivaldo Lima, que é *médico* e sobretudo Diretor da Cruz Vermelha Brasileira que atende, com todo o carinho, àqueles que a procuram, principalmente os acidentados — eu mesmo já *levei alguém lá* para ser atendido — há de comprender que estamos arriscados a quebrar uma perna na "Esperança dos Suplentes" ou na própria sala das sessões.

Sr. Presidente, minha proposta é que se coloque no recinto um lampião de gasolina, iluminação de emergência para quando êste "buraco de tatu" estiver funcionando e faltar luz. *Isso permitirá que cheguemos às* nossas bancadas sem maiores riscos.

Creio, Sr. Presidente, não ser disparatado o que peço à Mesa, que, naturalmente, decidirá como achar melhor. Poderíamos ter qualquer sistema de iluminação de emergência, para que, pelo menos, seja permitido aos Senadores, principalmente aos mais idosos, como eu, andarem com calma e sossêgo na sala das sessões.

Há dias, disse-me um colega que subir e descer a "Esperança dos Suplentes" duas ou três vêzes por dia e entrar depois numa sala sem luz é, *incontestàvelmente*, muito duro para quem sofre do coração.

Isso justifica, Sr. Presidente, o projeto que estou enviando à Mesa.

Estive tôda a manhã ocupado e por isso não houve tempo de relacionar os assuntos que desejava trazer *ao conhecimento do Senado*, embora acredite que algo posso dizer.

Sr. Presidente, sabe o Senado e assim todos os residentes em Brasília, que cêrca de noventa dias antes do término do Govêrno Juscelino Kubitschek, foram espantosas as invasões à Cidade e as favelas proliferaram.

Duas ou três vêzes da tribuna dêsta Casa, tive oportunidade de alertar o Govêrno sôbre o fato, solicitando providências. Ignoro se o Govêrno teve conhecimento de que êste modesto representante do Estado da Guanabara havia tratado do assunto.

O Sr. Vivaldo Lima — Apele o nobre colega para a Divina Providência e, talvez, seja atendido.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Agradecido pelo aparte de V. Exa.

O fato, Sr. Presidente, é que nenhuma providência foi tomada, e as invasões aumentaram de forma impressionante, acima e abaixo do Núcleo Bandeirante. Abaixo, veio até o rio derrubando parte da mata.

Nós, do sertão, e me incluo entre êsses, não só porque passei minha infância nestas bandas, como porque percorri o Brasil todo, inclusive o Estado de Pernambuco, em grande parte a pé *durante quase seis meses* chamamos êsses pedaços de mata "capões", justamente como o que existe próximo ao Núcleo Bandeirante e que está, criminosamente, desaparecendo. Dia a dia se percebe que a mata se torna mais rala e que novos galpões vão surgindo. Pode-se mesmo, sem exagêro afirmar que o Núcleo Bandeirante, em área não me refiro à população — é hoje talvez mais do dôbre do que era ao tempo da instalação do Congresso Nacional em Brasília.

Regressando do Rio, verifiquei que os invasores ou favelados foram benevolentes, e não se instalaram na zona urbana. Atravessaram a rua; já existem mais de cem barracos do outro lado da rua, alguns já em propriedade privada.

Sr. Presidente, não desejo alarmar os ilustres colegas, mas o nobre Senador Novaes Filho já está com a sua mansão quase que invalida. Parte da frente da mesma está cheia de barracos. O mesmo acontece com a mansão do nobre Senador Lino de Matos, onde por enquanto a invasão é pequena, não ocupando pròpriamente todo o terreno.

Outro aspecto, para o qual chamaria a atenção do Govêrno. Incontestàvelmente, alguns já foram cuidados. Mas, não sei, Sr. Presidente, se foram decorrentes das ordens do atual Govêrno ou se foi apenas obra da Natureza...

Nós, católicos, acreditamos muito no "Trabalha que Eu te ajudarei".

O novo Prefeito, parece, está trabalhando. E a Natureza, ou Deus, o está ajudando.

As águas que caíram, fizeram um *facão nas sargetas. E êsse facão* levou tôda a sujeira, impedindo que as águas se empoçassem e permanecesse aquêle mau cheiro de coisas pôdres, *que existia no Núcleo Bandeirante.*

Mas, isso não está acontecendo em tôdas as avenidas. Verifiquei que ocorre principalmente numa. Notase, sente-se que o novo Prefeito está trabalhando; parece estar procurando corrigir essas anomalias. Mas, não sei se os prazos concedidos nos bilhetes já foram ultrapassados. Sei que fui especialmente ao Núcleo Bandeirante para verificar que teria feito o novo Govêrno. Trinta dias após a sua posse, já devia estar tudo em ordem; mas não vi nada disso. A própria limpeza é sugestão: o pó acabou por causa, principalmente, das chuvas; o mau cheiro desapareceu porque a fôrça das águas abriu, aumentou o rêgo que já existia e carregou com tudo quanto havia por ali.

O Sr. Vivaldo Lima — Logo, continue V. Exª a apelar para a Divina Providência. Quem ajudou foi a Natureza; logo, é a Divina Providência quem está trabalhando...

O SR. CAIADO DE CASTRO — Verifiquei, apenas, uma coisa: é que, realmente, os detritos não estão sendo atirados na rua ou nas caíçadas. Por êste lado, a situação melhorou.

Fiz êsse passeio no domingo, pela manhã, procurando ver Brasília. Aliás faço sempre isso. No Rio de Janeiro, minha terra, também tinha êsse hábito. Sempre eu dispunha de um tempinho percorria as favelas, os subúrbios, para ver como marcham os negócios, para meu govêrno, e para constatar como os políticos mentem...

O Sr. Vivaldo Lima — Como mentem! (*Risos*)

O SR. CAIADO DE CASTRO — ... como prometem e na hora não executam.

Tenho percorrido Brasília também para ver as coisas. Li nos jornais que um deputado estava cobrando ao Presidente Jânio Quadros o cumprimento de seus bilhetes. Também eu, Sr. Presidente, estou com a impressão de que êsses bilhetes são mais para "inglês ver".

Hoje, os Ministros de Estado e os chamados altos funcionários nada mais são que meros agentes do Govêrno. Não têm sequer direito a iniciativas, a estudar qualquer problema. Recebem, pura e simplesmente, um "bilhetinho": "Faça isso, faça aquilo..." bilhetes que nem sequer seguem o normal na marcha da boa administração. São bilhetes ostensivos, bilhetes públicos, para que tôda a gente saiba que o Presidente quer que se faça isto ou aquilo, e que o Presidente está achando que seus Ministros e os seus chamados altos funcionários não estão trabalhando.

Êsses bilhetes é que o deputado reclamava não terem sido cumpridos. Fiquei com essa mesma impressão, Sr. Presidente.

Já o disse, desta Tribuna, que não estou atribuindo, absolutamente, ao atual Govêrno essas coisas. Acho que o Govêrno atual não tem culpa; acho que o Govêrno atual está, como se dizia neste planalto antes de ser a capital, está "fazendo por donde". Era a expressão usada. O Sr. Presidente da República está com boa intenção, o Prefeito também. Essas críticas eu as fiz ao Govêrno de então e não estou fazendo ao atual, embora esteja ao lado contrário. Mas o que ha, é o seguinte: os bilhetes do Sr. Presidente da República não estão sendo atendidos.

Em Brasília, o número de automóveis oficiais dirigidos por mulheres ou servindo de carros de aprendizagem para moças, parece que está aumentando. A título de curiosidade, domingo, levando várias pessoas no meu automóvel, anotamos a lápis dez carros oficiais na rua, três dos quais dirigidos por mulheres. Cidade Livre vimos dois, nas ruas do Planto Piloto três e no Bloco onde moro, cinco, contrariando tudo aquilo que nos condenávamos. Os carros não são recolhidos à *garage aos sábados*; estavam ao relento para, no dia seguinte, servir aos seus felizes proprietários.

É, então, preciso dizer, para que o Sr. Presidente da República saiba — algum assessor pode levar a notícia a *S. Exª* — que os carros oficiais continuam a rodar da mesma forma, as mulheres estão dirigindo os veículos oficiais. Assim, além dos perigos naturais *do trânsito* de Brasília, em que os motoristas não obedecem as mais elementares regras de trânsito, temos agora mais um: as mocinhas dirigindo automóveis oficiais. *Ora, se o carro oficial em si* já não dá importância a quem não esta com placa branca ou verde-amarelo, se via de regra o motorista de carro oficial é um homem que não obedece as leis de tráfego, se os motoristas de carros oficiais só são menos perigosos que o soldado ou a mulher, imaginem os nobres colegas na cidade de Brasília essas meninas aprendendo a dirigir em carros oficiais! Não pagam gasolina e muito menos multa, porque é o Govêrno quem o faz. Sr. Presidente, o que digo é a pura verdade; foi o que constatei com os meus olhos.

O Sr. Fernandes Távora — Tôda vez que vejo mulher dirigindo, eu me benzo; elas olham, riem e continuam.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Sr. Presidente, repito, não estou criticando, mas apenas dizendo ao Govêrno que os seus bilhetes não estão sendo cumpridos.

O Sr. Vivaldo Lima — Uma conclusão se tira das palavras de V. Exª, é que o Govêrno deve insistir em suas medidas e punir os recalcitrantes. O fato é que o Sr. Jânio Quadros está procurando endireitar a administração brasileira.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Estou de acôrdo com V. Exª, mas isso não se passa apenas em Brasília. No Estado da Guanabara parece que, com a entrada do novo Govêrno, o uso e abuso dos carros oficiais recrudesceu; está aumentando, como cogumelo.

O Sr. Vivaldo Lima — Apesar de terem diminuido os de faixa amarela.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Os carros oficiais do Estado da Guanabara com baixas amarela, têm diminuído, devemos concordar.

O Sr. Vivaldo Lima — Mas os recalcitrantes não cedem, são cínicos.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Realmente, está havendo severidade do Govêrno estadual. Tivemos oportunidade de constatar que o número de carros de faixa amarela diminuiu. Então, Sr. Presidente, é um prazer passar-se um domingo ou um feriado na Guanabara e não ver o carro de faixa amarela nas ruas. O mesmo, porém, não se pode dizer das estradas para Petrópolis, Teresópolis etc. Os carros de chapa verde-amarela correm mais para as estradas. Nesse sentido houve denúncia, e acredito que o abuso será corrigido; mas o número de carros aumentou. Se não existem autoridades federais para contrôle, êsses carros continuarão trafegando. O que ocorre em Brasília, por exemplo, é que carros oficiais circulam cheios de senhoras, que fazem suas compras no mercado.

Sôbre as invasões e as favelas, já tive a oportunidade de alertar o Govêrno.

Verifiquei, Sr. Presidente, que em Brasília, o trabalho era maior aos domingos, feriados, dias santos e durante à noite, porque se paga mais. O dinheiro é muito fácil — ando até procurando saber onde se planta dinheiro, porque a impressão que se tem é que existe a "árvore das patacas", tal a desfaçatez dos que querem enriquecer. Uma empregada doméstica, pede Cr$ 4.000,00 mensais para trabalhar quatro horas por dia, excluindo o domingo, e muitas outras coisas dessa natureza que acontecem.

Sr. Presidente, justiça seja feita. Não vi mais trabalho aos domingos, ou muito pouco. As obras das casas de alvenaria, paralizaram; nos prédios e barracos não há movimento. Daí a conclusão de que, pelo menos, à primeira vista, o novo Prefeito está realmente impedindo que a irregularidade observada continue.

Observei, Sr. Presidente, que V. Exª olhou para o relógio duas vêzes, sinal de que está na hora de terminar o meu discurso, mesmo por que não desejo alongar-me. Todavia, como no decorrer desta ligeira exposição fiz algumas críticas, não quero concluir sem apresentar sugestões.

O SR. PRESIDENTE:

Informo que de acôrdo com o Regimento V. Exª dispõe ainda de *quarenta minutos.*

O SR. CAIADO DE CASTRO — Muito agradecido a V. Exª.

Minha primeira pergunta ou sugestão ao Prefeito de Brasília é a de saber exatamente como foram feitas as concessões para a construção dos barracos do Núcleo Bandeirante, qual o prazo de ocupação dêsses barracos e finalmente quais as condições!

Sr. Presidente, homem do povo, representante de um Partido do povo, antes mesmo de político gostava de tomar contato com os pequenos trabalhadores, com o povo em geral, para saber o que sentem, dizem e pensam. Mais tarde, em decorrência de um curso que fiz, recebi, exclusivamente dentro da minha profissão — desejo declarar que enquanto militar da Ativa jamais recebi qualquer Comissão civil ou emprêgo, que não fôsse rigorosamente dentro da minha profissão — uma incumbência que me obrigava, entre outras coisas, a tomar contato com o povo, para informar ao Govêrno.

Prosseguindo na minha carreira, continuei com o mesmo sistema e aqui em Brasília tenho verificado, por exemplo, que as concessões de terreno feitas no Núcelo Bandeirante, são pelo prazo de quatro anos, e que este prazo já está extinto; soube, também, por ouvir dizer — não posso afirmar, porque não li nem tive contacto com pessoas do Govêrno àquela época, tampouco no de agora — que certas concessões foram dadas para que cada um exercêsse a sua profissão ou residisse próximo ao lugar de trabalho; e ouvi dizer — não sei se é verdade — que também era para fins honestos.

Ora, Sr. Presidente, acredito que ninguém em Brasília ignore que existe grande número de bordéis na Cidade Livre. Já nessa segunda fase, a situação melhorou. Mas era revoltante vêr o que ali se passava. As condições eram piores do que em Três Lagoas, em 1922, quando lá estive — não agora, pois Três Lagoas está bem — pela primeira vêz e mais tarde quando Chefe de Polícia Militar, com o Quartel-General ali sediado, onde presenciei fatos de apavorar.

Em Três Lagoas pelo menos havia um pouco mais de decôro do que inicialmente no Núcleo Bandeirante. Ao lado e pouco adiante havia ali o que êles pomposamente chamavam de "rendez-vous", casas honorosas e buracos nojentos, frequentados por mulheres de vida fácil. Ouvi dizer também que isso está terminando.

Sr. Presidente, soube também que os barracos do Núcleo Bandeirante não podiam ser feitos construídos para exploração; muito bem, no mesmo Núcleo, Sr. Presidente, um barraco de madeira, horroroso, como nunca havia visto em lugar algum, nem em Cáceres, é alugado por vinte, vinte e cinco mil cruzeiros mensais.

Um açougue, o mesmo a que já me referi, alugado por Cr$ 50.000,00, hoje está por Cr$ 60.000,00, em cuja porta há multa lama, e mau cheiro...

O Sr. Vivaldo Lima — Não há mais mau cheiro, deve haver perfume.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Examinando, Sr. Presidente, essa minha primeira sugestão, estaria o nobre Sr. Prefeito perfeitamente em condições de tomar uma providência. Qual seria essa providência sem prejuízo da classe que trabalha, e daqueles que são os verdadeiros pioneiros?

Seria, por exemplo, terminado o prazo, convidar àqueles cujo prazo de quatro anos está findo, a tratar de sua mudança; proibir àqueles que estão alugando barracos por preços extorsivos que continuem a explorar o povo.

Cobrar-se Cr$ 50.000,00 ou ..... Cr$ 60.000,00, por um barraco de madeira é uma barbaridade! ..... Cr$ 20.000,00, Cr$ 25.000,00 por um barraco sem instalações higiênicas é inadmissíveis. As pessoas que são pioneiras — podem ser pioneiros na exploração — e estão usufruindo lucros desbragados não pagam imposto predial, não pagam imposto de renda. A êstes se mande mudar ou então anuncia-se por um simples bilhete, que quem morar no Núcleo Bandeirante não precisa mais pagar aluguel!

Se, porém a concessão foi dada, se

se permitiu ao cidadão construir seu barraco, em terras do Govêrno, para exploração de um negócio ou para residência, e êle agora aluga êsse barraco a terceiros, seria o caso de adotar-se a providência tomada quanto às favelas do Rio de Janeiro, onde não é mais permitido cobrar aluguel. Dessa forma, naturalmente o número de barracos iria diminuir porque desapareceria a massa de exploradores.

Todos temos verificado — e o próprio Govêrno já o declarou num bilhete — que há inúmeras construções ilegais no Núcleo Bandeirante. Já não me refiro a outras construções, pois o problema aí é diferente. Verificada a ilegalidade, êsses barracos deveriam ser derrubados, preservando-se o direito daquêles que obtiveram permissão para construir.

Há ainda o problema das casas de negócio e das oficinas, estas em maior número, que estão surgindo sem pagar impostos, sem qualquer permissão, inclusive prejudicando os trabalhadores honestos. Aquêles que têm seu negócio, que foram matriculados, naturalmente estão pagando impostos, enquanto os últimos não o fazem. Nesse caso, o Govêrno deveria fechar a casa de negócio ou dar um prazo para que se mudasse. Só assim desapareceriam, ou pelo ménos deixariam de surgir negócios do tipo de uma companhia de ônibus que resolveu sumàriamente montar uma oficina num barraco. Acontece, porém, que os ônibus são consertados no meio da rua, sem que se dê importância a ninguém, passe quem passar. Precisa-se ser bom motorista para manobrar entre aquêles veículos em conserto, em plena via pública.

Assim, torna-se urgente uma providência do Prefeito desta Capital, principalmente no que diz respeito ao pagamento de alugueis. Segundo ouvi dizer, a permissão foi concedida para que os barracos fossem construídos para alojamento das famílias e de negócios. Se o indivíduo obteve essa permissão — e já deixo de lado os que construiram sem dar atenção a quem quer que seja — e, visando lucro, aluga seu barraco por preço assustador, é necessário que o Govêrno intervenha para pôr côbro a tamanho disparate.

Finalmente, Sr. Presidente, teria ainda uma sugestão a fazer ao Sr. Prefeito mas, ao chegar ao Senado, fui informado de que S. Exª já resolve o problema que pretendia abordar. Não sei se é verdade, mas caso positivo, mando-lhe as minhas congratulações.

Trata-se da questão dos bordéis. Não acredito que um indivíduo tenha obtido permissão para instalar bordel. Se êle tem seu prédio e resolve explorar êsse ramo de negócio, o caso é diferente e não o discuto. Não me parece verossímil é que alguém tenha obtido permissão para construir seu barraco e nêle instalar tal negócio. De qualquer modo, segundo soube, *repito, o assunto já foi resolvido.*

Sr. Presidente, creio que um levantamento geral deve ser feito, na Cidade Livre, a fim de se saber quais as pessoas que obtiveram e quais as que não procuraram permissão para construir seus barracos. No caso dos bordéis, se licenças foram concedidas deverão ser imediatamente cassadas; se, porém, operam sem autorização deverão ser destruídos os barracos.

Estas as pequenas sugestões que eu desejava fazer, mais uma vez declarando que não tenho intuito de criticar. Não sou daqueles que criticam sem razão. Vinte a quatro horas depois de o Govêrno ter mudado, já havia quem pritasse: — "Mas que faz êste Govêrno? Não há nada de novo"! Não é certa essa atitude. Move-me apenas o desejo de que a imundície de Brasília acabe. Sei que a Limpeza Pública está funcionando, porque tenho visto muitas fogueiras. O lixo se vai amontoando até que surge um herói e toca fogo. E' feita, então, a limpeza pública. O lamaçal continua.

As irregularidades tôdas que apontei, eu as vi, e para elas peço a atenção do Sr. Prefeito, da mesma forma que solicito sua boa vontade para com blocos residenciais [illegible] pelos Institutos. Vivem abandonados. *E', impressionante o que nêle se passa.* Não quero entrar em maiores detalhes, para evitar aborrecimentos, mas ater-me exclusivamente ao aspecto da higiêne e da organização. Como disse, não há quem tome conta dêsses blocos. Os corredores cada *dia se tornam mais sujos. E os pátios!* Nem vale a pena falar.

E' verdade que, em Brasília, ninguém está pagando aluguel. Sugiro, pois, que se cobrem êsses aluguéis. Não há razão para que todo mundo continue a morar sem pagar. Não se justifica estejamos aqui há quase dez meses e, até hoje, não haja aparecido uma conta sequer de aluguel de casa. Como ninguém paga, também ninguém toma conta, ninguém se interessa, não se tendo mesmo a quem reclamar. Não adianta telefonar para uma repartição do Instituto pedindo providências. No bloco onde resido, *resolveram*, sumàriamente, colocar uma cêrca, formando uma espécie de curral. Está acabado.. Ninguém entra ou sai por aquêle lado, pouco importa haja prejuizo ou não para os moradores, ou sérios aborrecimentos para as donas de casa. Nos *pátios, fizeram* aberturas para colocação dos meios-fios. As chuvas vieram, acumulam-se formando uma barragem. Foi necessário muito pedido para para que tomassem as providências necessárias ao fácil trânsito.

Sr. Presidente, repito que meu desejo não é apenas criticar. Meu objetivo, ao expôr a realidade dos fatos, é apresentar sugestões que possibilitem a solução de tão sérios problemas.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem; muito bem!)*

Durante o discurso do Sr. Caiado de Castro, o Sr. Gilberto Marinho deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Novaes Filho

O SR. PRESIDENTE:

Sôbre a mesa projeto de lei que vai ser lido.

E' lido, apoiado e vai às Comissões de Constituição e Justiça, Diretora e de Finanças o seguinte:

Projeto de Resolução nº 4, de 1961

Dispõe sôbre a iluminação de emergência do Plenário.

Artigo único. A Comissão Diretora fará instalar na sala das sessões um sistema de iluminação de emergência, a fim de assegurar o regular funcionamento dos trabalhos do Plenário nas interrupções que se verificarem *no fornecimento normal de luz* da rêde de iluminação da cidade.

Justificação

E' freqüente ficar o Plenário impossibilitado de funcionar ou ter os seus trabalhos interrompidos em virtude de *interrupções na iluminação elétrica.*

Além das perturbações que disso resultam para a tarefa que ao Senado cabe executar, há que considerar os acidentes pessoais que podem ocorrer, dada a absoluta escuridão em que, em tais ocasiões mergulha o Plenário.

Sala das Sessões, em 7-3-1961. — *Caiado de Castro.*

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente.

As matérias constantes do avulso da Ordem do Dia *estão em fase de* votação. Não havendo número regimental na Casa, as mesmas ficam adiadas para a próxima sessão. *(Pausa).*

Tem a palavra o Sr. Gilberto Marinho, inscrito para esta oportunidade.

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, para atender à situação de numerosos trabalhadores de Prefeituras Municipais que reclamam providências contra o fato de não perceberem o salário-mínimo regional a que têm direito as classes trabalhadoras amparadas pelas normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, o ex-Ministro Fernando Nóbrega sugeriu ao eminente Presidente Juscelino Kubitschek, que o remeteu ao Congresso anteprojeto de Lei que inclui na Lei *nº 1.890 de 13 de junho de 1953*, dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei nº 605 de 5 de janeiro de 1949.

O primeiro dispõe sôbre o repouso semanal remunerado e pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos aos funcionários públicos dos municípios.

A segunda Lei manda aplicar dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos mensalistas e diaristas da União, dos Estados, dos territórios, Distrito Federal, dos municípios e das entidades autárquicas.

E, finalmente, os dispositivos a que se referem a Consolidação das Leis do Trabalho são os de número 67, 68 e 76.

"Essas Prefeituras, as quais deixam de pagar aos seus mensalistas e diaristas o salário-mínimo da região, sob o fundamento de que no art. 1º da Lei nº 1.890, de 13 de junho de 1953, que lhes manda aplicar dispositivos da *Consolidação das Leis do Trabalho*, não se incluiram as disposições concernentes ao salário-mínimo, às férias e ao repouso semanal remunerado.

Entendemos que a citada Lei número 1.890 de 13 de junho de 1953, se aplica a todos os mensalistas e diarista sda União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas, desde que não sejam funcionários públicos ou não gozem de garantias especiais, sem que se imponha *que o respectivo trabalho seja* seja prestado em organizações econômicas comerciais e industriais de natureza estatal, que se lhes devem aplicar as normas referentes ao repouso semanal remunerado, não expressamente garantido pelas disposições restritas do art. 4º da Lei número 605, de 5 de janeiro de 1949".

Ora, Sr. Presidente, o projeto vem precisamente sanar evidentes lacunas da Legislação e o Congresso Nacional *dando seu beneplácito a essa proposição* estará mais uma vez cumprindo seu dever de assegurar irrecusáveis conquistas de modestos e humildes trabalhadores brasileiros. *(Muito bem. Muito bem).*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, bastante razão tinha eu quando, ontem, afirmei desta tribuna, que estamos vivendo um clima de inquietação e insegurança. Quando tecí tais comentários *fiz questão* de frizar que não me movia o espírito de oposicionista, e sim o desejo de examinar fatos e medidas tomadas pelo Govêrno do Sr. Jânio Quadros, que vêm preocupando a opinião pública brasileira. Vejo, agora, com satisfação que minhas palavras têm plena confirmação na insuspeita *autoridade* do "Diário de Notícias", viga mestra da campanha do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República, a cujo Diretor, Sr. João Dantas, rendo minhas homenagens, por se tratar de *um grande jornalista.*

E' precisamente o "Diário de Notícias" que hoje, na primeira página, estampa o seguinte artigo:

"Inquietação"

Há inquietação. Há incertezas. Há insegurança. Multiplicam-se as dúvidas, nas diferentes camadas do povo, sôbre o que está para acontecer cada dia, na sucessão inesperada das determinações do *Executivo".*

O estado de espírito que a todos vai dominando ganha progressivamente a Nação inteira. Cria-se um clima de medo, de perplexidade *em face da* brusca mudança do estilo de Govêrno que, pràticamente, baniu o Legislativo da alta direção nacional.

Enquanto o Executivo toma iniciativas drásticas nos mais diversos *setores da vida do País*, anula-se o Congresso. A representação nacional apaga-se na enorme solidão do Planalto, distante dos grandes centros da opinião. O Presidente *da República* se antecipa a tudo e a todos. Baixa atos e mais atos da maior repercussão no País inteiro, em contraste com o esvasiamento do Congresso...

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exª permite um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Exª só poderá apartear, aqui, ao Sr. João Dantas, Diretor do "Diário de Notícias".

O Sr. Vivaldo Lima — Neste caso, o meu aparte será dirigido a êsse Senhor.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Exª tem o aparte.

O Sr. Vivaldo Lima — Se há o esvasiamento do Congresso, a culpa é dêle mesmo. Faz-se uma convocação extraordinária e o Congresso, por falta de número não pode votar matérias importantes que se encontram na Ordem do Dia. Portanto, a culpa não é do Govêrno. Se o Congresso está se apagando, se esvasiando, a culpa é nossa, porque não nos reunimos para fiscalizar os atos do Executivo, acompanhar a sua orientação, criticá-lo ou louvá-lo. *Este o meu aparte como declarou* V. Exª, ao artigo do "Diário de Notícias".

O SR. LIMA TEIXEIRA — Meu caro colega, não posso concordar com a opinião de V. Exª. O Chefe do Executivo vem dando demonstrações de que quer, realmente, anular o Congresso, pois de certo modo chegou ao ponto de interferir nos Estados, designando representantes das Casas Civil e Militar da Presidência para funcionar nas Unidades da Federação, a fim de tomar conhecimento das suas *necessidades, anulando, de certa maneira*, a representação política, pois, para trazer ao conhecimento da Nação as ocorrências dos Estados aqui estão os representantes do povo no Senado *da República* e na Câmara dos Deputados.

E S. Exª, nos primeiros pronunciamentos do seu Govêrno, dá realmente, a impressão de querer anular o Congresso.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Eu gostaria, *primeiramente*, de terminar a leitura do artigo, para então receber os apartes dos ilustres colegas.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Exª se desviou do artigo para emprender a idéia própria, de que o Govêrno procura diminuir ou solapar o *Congresso Nacional*, pelo fato de pretender colocar, nos Estados, representantes diretos, seus, quando a missão de tra-

zer informações dos Estados caberia aos representantes do Povo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — E ao Senado, que se compõe de representantes dos Estados.

O Sr. Francisco Gallotti — V. Ex.ª não leu então o artigo que, adiante, diz exatamente isso.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Tenha calma o nobre colega, Senador Heribaldo Vieira, e verá que tenho razão. Um dos fatos que gostaria de salientar ao ler o artigo é que para haver encontro de Parlamentares com o Chefe do Executivo marcam-se audiências para daqui a um mês ou dois meses.

O Sr. Heribaldo Vieira — Responderei por partes a V. Ex.ª, a fim de evitar que, tumultuando o próprio discurso, V. Ex.ª deixe alguma coisa sem resposta.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Eu não tumultuo; V. Ex.ªs. é que me apartearam.

O Sr. Heribaldo Vieira — Não pense o nobre colega que, com isso, há diminuição para o Congresso. Não! Apenas o Govêrno quer diminuir a burocratização do sistema administrativo que sempre existiu mantendo nos Estados, representantes seus a fim de que depressa lhe cheguem os apelos e as reivindicações do povo, quando se dirige ao Chefe da Nação.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com essa medida S. Exª anula também a ação dos Governadores, dado que através dos Governadores é que deveriam ser trazidas ao Govêrno as queixas e reivindicações do povo.

O Sr. Heribaldo Vieira — Não podem os Governadores estar em constantes andanças para a Capital da República, à procura do Presidente da República, a fim de resolverem pequenos casos, quando, através dêsses Gabinetes, as reclamações poderiam chegar a S. Exª. O Presidente Jânio Quadros pretende apenas diminuir a burocratização que tanto mal tem feito ao País, porém não diminuir ou solapar o Congresso Nacional. Nenhum ato de S. Exª tem êsse escôpo. Se existe um só, nesse sentido, eu o desconheço, e quereria conhecê-lo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Leia V. Exª o artigo, que, aliás, não é meu Escreveu-o um ilustre homem, o Sr. João Dantas, Diretor do *Diário de Notícias*. Pelo menos trata-se de artigo publicado na primeira página do seu jornal.

Sr. Presidente, sou agora o primeiro a prestar homenagem ao Sr. Dantas, que não pode ser arguido de adversário do Presidente da República. Ao contrário, S. Sª foi, há poucos dias, designado Embaixador do Sr. Jânio Quadros junto aos países da Cortina de Ferro. Donde se vê a insuspeição do artigo.

O Sr. Vivaldo Lima — O *Diário de Notícias* é um dos mais autorizados órgãos da opinião pública brasileira.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Perfeito

O Sr. Vivaldo Lima — Tem, portanto, direito de escrever o que se contém no artigo porque pode interpretar uma parte da opinião pública e alertá-la. Mas, quanto ao que V. Exª denominou várias vêzes de clima de intranquilidade e de desassossêgo..

O SR. LIMA TEIXEIRA — O que é a mesma coisa.

O Sr. Vivaldo Lima — ... também não podemos tomar à expressão ao pé da letra, como se tratasse de desassossêgo geral, de intranquilidade geral. Enfim, desassossêgo como falta de tranquilidade para a Nação, em virtude dos atos do Govêrno que está em exercício há pouco mais de um mês.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sabe V. Exª, ninguém pode negar, a imprensa o percebe, não há quem não perceba neste País que há inquietação, intranquilidade.

Continuarei, Sr. Presidente, a leitura dêsse excelente artigo:

> "O Presidente da República antecipa a tudo e a todos. Baixa atos e mais atos da maior repercussão no país inteiro, em contraste com o esvaziamento do Congresso, cujas atividades perdem ressonância em medida inquietante."

Eu faria, Sr. Presidente, uma pequena pausa para dizer: o articulista deseja que o Congresso Nacional tenha mais atividade, que os parlamentares venham à tribuna protestar diante do que está ocorrendo.

O Sr. Heribaldo Vieira — Não há ressonância do Congresso exatamente porque não há inquietação pública.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Há inquietação. Peço a atenção dos parlamentares para o que se segue:

> "O jôgo harmônico do sistema de Govêrno baseado na autonomia de podêres perde sentido a cada momento. O que se sente é isto: desmorona-se, visivelmente, o mecanismo político-administrativo nas relações entre União e Estados, pela iniciativa dos contatos diretos de representantes do Presidente junto aos governadores."

Ora, era o que eu afirmava ainda há pouco.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exª mais uma ligeira interrupção? Minha impressão, pessoal, é contrária. E' a de que existe tranquilidade, sossêgo, e que tudo está correndo na santa paz do Senhor, porque os representantes da Nação não estão aqui para protestar. Estão todos cômodamente nas avenidas e praias do Rio de Janeiro, ou então andam pelos seus Estados, porque os plenários desta e da outra Casa estão vazios! Por isso não vemos protestos do povo através dos seus representantes.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não V. Exª está enganado. O sossêgo que vemos, aqui, é de expectativa, é de receio. Ninguém sabe o rumo para onde vamos. Então, quer-se encontrar a razão, a explicação.

O Sr. Heribaldo Vieira — Em tôda a história do País, o Congresso Nacional refletiu o estado d'alma do povo. Se o Congresso Nacional está tanquilo, é porque o povo também está tranquilo e nenhuma inquietação existe no País.

O Sr. Caiado de Castro — Permita o nobre orador um aparte? Não quero aludir ao artigo do Sr. João Dantas — que eu já conhecia — mas ao fato de o Presidente Jânio Quadros mandar representantes das suas Casas Civil e Militar aos Estados. Isto confirma o que eu dizia há pouco: os Ministros se esvaziaram; êles, hoje, não têm mais nada a fazer senão cumprir ordens dadas por "bilhetinhos".

O SR. LIMA TEIXEIRA — Nem opinam. E' o Presidente quem manda.

O Sr. Caiado de Castro — Os auxiliares do Presidente da República, os oficiais de Gabinete, das Casas Civil e Militar, não têm essa função. Demais, veja V. Exª que são pelo menos vinte e um oficiais, do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica, enfim, vinte e um oficiais ativos das Fôrças Armadas, espalhados pelo Brasil afora, recebendo diárias, afastados das suas funções para exercer o quê? Que vão os oficiais do Gabinete Civil fazer para a Nação?! Nada! Se forem receber as reclamações e encaminhar as partes, passarão a se entender diretamente com o Presidente da República, afastando os Ministros.

O SR. LIMA TEIXEIRA — E' exato!

O Sr. Caiado de Castro — O que me preocupa é a nova fórmula adotada pelo Presidente Jânio Quadros, que, repito, [illegible]

O SR. LIMA TEIXEIRA — Todos nós estamos pedindo. Estamos todos empenhados em que S. Exª acerte.

O Sr. Vivaldo Lima — São os votos que todos fazemos.

O Sr. Caiado de Castro — Queremos que o País entre nos eixos. Mas, se S. Exª continuar com êsse sistema, não sabemos onde irá. Bilhete não resolve nada.

Bilhete é para "inglês ver", é para o público.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Claro. Não é programa de Govêrno.

O Sr. Caiado de Castro — Antes da própria autoridade a quem êle é dirigido saber que vai recebê-lo, todo o País já sabe. Não sei o que pretende S. Exª, onde quer chegar, espalhando pelo Brasil inteiro êsse verdadeiro exército de funcionários. O que irão fazer êsses militares e êsses civis nos Estados, para depois se entenderem diretamente com o Presidente da República.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Inclusive anulando a própria ação dos Governos Estaduais.

O Sr. Caiado de Castro — Quanto à crítica do Senador Vivaldo Lima, de pleno acôrdo com o Sr. João Dantas. O que S. Eª escreveu está muito certo. A culpa não é do Sr. Jânio Quadros. O Senador Vivaldo Lima e eu somos do mesmo Partido, estamos na Oposição. Mas não podemos atribuir a culpa ao Presidente Jânio Quadros e sim aos Deputados e Senadores, que não comparecem.

O Sr. Vivaldo Lima — Que votaram a mudanca da Capital para Brasília.

O Sr. Caiado de Castro — Estamos de recesso e nem os funcionários estão todos aqui. Alguns estão chegando agora . E a pergunta que endereçei é esta: que temos feito até hoje? Nada, nada e nada. Nenhuma Comissão se reuniu.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Estamos em período de recesso? Não! Houve um convocação extraordinária!

O Sr. Caiado de Castro — Se os Senadores e Deputados não comparecem ao Parlamento, somos nós os culpados. Concordando com V. Exª: o que entendo seja êrro são as decisões que o Presidente da República está tomando e que são atribuições do Senado. Por exemplo: Li um bilhetinho de S. Exª, dispessando de pagamento do impôsto sôbre a Renda os edifícios de Brasília. Mas como? O Presidente da República tem autoridade para dispensar pagamento do impôsto de Renda de alguém? Ao que me consta compete ao Congresso esta decisão.

O SR. LIMA TEIXEIRA — E' evidente. E' mais uma investida das muitas a que temos assistido em vários setores da administração pública; às vêzes sem base e sem elementos, que, realmente, podem ser prejudiciais, como tem ocorrido.

Sr. Presidente, continuo a leitura:

> "O que se sente é isto: desmorona-se visivelmente, o mecanismo político-administrativo nas relações entre a União e os Estados, pela iniciativa dos contatos diretos de representantes do Presidente junto aos Governadores.
>
> A administração federal, atuante e forte, decorre à margem de contatos com o Congresso. Somente trinta dias depois de empossado o Govêrno, tiveram os parlamentares o primeiro contato com o Presidente, que, nada obstante, mantém junto a si uma representação municipalista.
>
> Depois de tantos anos de oposiã.o, a bancada situacionista vê-se forçada a omitir-se. Esquiva-se a pronunciamentos a respeito do que quer que seja. O líder do agrupamento situacionista desencoraja-se diante da algidez do quadro político.
>
> Recusa assumir seu papel nos debates parlamentares. Transfere a terceiros esta incumbência. Não há orientação, nem inteligência, entre qualquer facção parlamentar e o Govêrno, que age dentro de esquemas estritamente pessoais.
>
> De outra parte, a maioria, hoje transformada "soidisant" em oposição mostra-se igualmente desencontrada quanto ao papel que lhe cabe. Atônitos se apresentam todos, diante da avalanche de medidas administrativas, e perplexos ante a perspectiva de se verem substituídos no diálogo entre o govêrno e as fontes políticas do seu mandato.
>
> Acha-se em risco o próprio prestígio do Congresso em face do descaso da opinião pública pelos seus trabalhos e suas iniciativas, que não encontram, nas irradiações da "Hora do Brasil", o relêvo devido.

Sr. Presidente, interrompo aqui a leitura, para criticar um fato que venho observando. Na "A Voz do Brasil" é omitido o resumo dos discursos parlamentares, justamente nas partes das críticas ao Govêrno. No entanto, quantas vêzes assisti e ouvi as mais severas e terríveis críticas ao Presidente da República, feitas pela Oposnção. Hoje, desafio a quem quer que seja provar que "A Voz do Brasil" transmite o resumo do discurso de quem está se opondo ao atual Govêrno, fazendo-lhe críticas.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Exª está enganado. "A Voz do Brasil" quando termina, anuncia, em seguida, "A Hora do Congresso Nacional"...

O Sr. Caiado de Castro — Em que transmitidos os discursos elogiosos ao Govêrno.

O Sr. Heribaldo Vieira — ... em que só são irradiados os resumos dos discursos parlamentares.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Só os elogiosos. Ontem estive na escuta e só ouvi os discursos favoráveis ao Govêrno. Apenas fizeram menção ao meu discurso pela manutenção dos escritórios comerciais. Não se referiram ao desassossêgo e à intranquilidade que estamos sentido no País, e que transmiti a esta Casa.

O Sr. Heribaldo Vieira — Hoje o Congresso tem Serviço próprio para irradiação dos trabalhos parlamentares.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Mas o resumo dessas irradiações é feito à vontade para acomodar a situação do Govêrno. V. Exª não pode negar tal fato.

O Sr. Heribaldo Vieira — Não prestei atenção.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Então, V. Exª passe a prestar atenção, de agora em diante.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Exª está criticando a nós próprios, porque nós damos a orientação à irradiação dos trabalhos parlamentares.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quanto à "A Voz do Brasil", não! V. Exª está enganado. A "A Voz do Brasil" tem representante, que faz o resumo dos trabalhos do Congresso Nacional.

O Sr. Heribaldo Vieira — Não há necessidade da irradiação dos trabalhos parlamentares, pela "A Voz do Brasil", porque existe o Serviço de Rádio próprio do Parlamento.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Tais resumos não são feitos aqui.

O Sr. Caiado de Castro — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Caiado de Castro — Respondo ao nobre representante de Sergipe,

dizendo que se o Serviço é feito pelo Congresso e fazendo S. Exª parte da Mesa, chamaria sua atenção para o fato de "A Voz do Brasil" só transmitir os discursos elogiosos ao Presidente Jânio Quadros. Quando um Senador se refere a qualquer coisa que não agrade ao Govêrno, "A Voz do Brasil" não divulga.

O *Sr. Heribaldo Vieira* — São divulgados os resumos de todos os debates parlamentares.

O *Sr. Daniel Krieger* — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O *Sr. Daniel Krieger* — A falta de repercussão observada reside principalmente na localização da Capital em Brasília, e V. Exª é um dos principais responsáveis pela mudança.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não tenho de que me arrepender por esta responsabilidade. V. Exª há de aplaudir, daqui a alguns anos, a todos os que lutaram pela transferência da Capital.

O *Sr. Daniel Krieger* — Por enquanto não posso aplaudir.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Exª haverá de aplaudir-me.

O *Sr. Heribaldo Vieira* — Elementos da própria Bancada de V. Exª não se cansam de dizer que estamos aqui enterrados como tatus, que um Senador correu o risco de quebrar uma perna, etc., que não há coisa alguma aqui e que ouve constantes reclamações contra a arquitetura de Brasília.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Poderia V. Exª construir algo de nobre sem sacrifício?

O *Sr. Daniel Krieger* — São os próprios colegas de V. Exª que pretendem transferir por 10 dias o Congresso para o Rio de Janeiro.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não me consta que haja tal pretensão.

O *Sr. Daniel Krieger* — Os jornais têm noticiado.

O *Sr. Heribaldo Vieira* — "O Globo", por exemplo, referiu-se ao fato

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não acredito na informação.

O *Sr. Caiado de Castro* — Se vamos transferir o Congresso para o Rio de Janeiro, é melhor fechá-lo de uma vez. Se os argumentos apresentados são de tal ordem, é melhor fechar o Congresso.

O *Sr. Vivaldo Lima* — De acôrdo com V. Exª.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, retorno à leitura do artigo:

> Do que se conclui que a tendência flagrante do govêrno é obscurecer, por sua intensa atividade, a ação parlamentar, empolgando o país pela onipresença, pela sucessão de inquéritos e sindicâncias.
>
> Dir-se-ia que o govêrno quer situar-se a todo custo sob o foco da mais viva popularidade. Sem descer da crista dos acontecimentos. Os inquéritos e as sindicâncias ameaçam envolver todo o passado govêrno num cipoal de escândalos e, com isto, êste ano de 61 transcorrerá com as atenções gerais monopolizadas sôbre a hipertrofiada autoridade do Executivo, que capitalizará, êle sòzinho a admiração e o entusiasmo populares pela firmeza e severidade das investigações.

O *Sr. Vivaldo Lima* — Permite V. Exª mais esta interrupção?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com satisfação.

O *Sr. Vivaldo Lima* — Essas Comissões de Inquérito investem contra o próprio Executivo. Se há algum alvo a atingir, não é ao Legislativo que atinge mas o próprio Executivo. O Legislativo está cansado de instituir Comissões Parlamentares de Inquérito. Na outra Casa do Congresso o foram, até em profusão, porém, até hoje, desconhecemos os resultados. Essas comissões de inquérito que o Govêrno está constituindo, visam ao próprio Executivo. E' o Presidente da República que quer saber como andam as coisas no Executivo; como está a rotina administrativa. Não foram instituídas contra o Congresso Nacional.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Meu nobre colega, o intuito do Govêrno, ou melhor do Sr. Jânio Quadros, é abalar a opinião pública, visando a diminuir o grande prestígio que o Senhor Juscelino Kubitschek conseguiu neste País, mormente quando, no ocaso, já no fim do seu Govêrno, foi carregado pelo povo.

O *Sr. Vivaldo Lima* — E se nada fôr apurado? Lembre-se V. Exª que inquérito é arma de dois gumes.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quer o Sr. Jânio Quadros, no momento em que o ex-Presidente vai-se candidatar a Senador da República, abalar-lhe o prestígio. Com ou sem fundamento, manda instaurar êsses inquéritos com os quais não estamos pròpriamente *em desacôrdo.*

O *Sr. Vivaldo Lima* — V. Exª então concorda com os inquéritos?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sim, quando objetivam a apuração da verdade, quando têm base, quando se destinam a verificar se realmente há irregularidade. Fazer-se, porém, um inquérito sem ter êsses dados em mãos, sem dispôr de elementos objetivos...

O *Sr. Vivaldo Lima* — V. Exª está concordando comigo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — ... só pode ser para dar ao País a impressão de que o Govêrno do Presidente Juscelino Kubitschek tolerou irregularidades.

O *Sr. Daniel Krieger* — V. Exª acha correto certo, naturalmente, engavetar um inquérito, como foi feito com o do Coronel Ramagem?

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Exª me conhece bem, sabe que seria incapaz de defender tal atitude, em qualquer época. Não é do meu feitio, nem do seu.

O *Sr. Heribaldo Vieira* — E o inquérito sôbre os contrabandos? O do contrabando de whisky?

O *Sr. Daniel Krieger* — Há alguém que tenha dúvida sôbre as irregularidades na Amazônia, nos Institutos de Previdência? Há alguém que tenha dúvida sôbre o mau emprêgo do Fundo Sindical?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Então, por que não se apura?

O *Sr. Heribaldo Vieira* — Por que o Sr. Juscelino Kubitschek não mandou apurar.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Que se apure, mas não com a finalidade de fazer propaganda, sem elementos para julgar.

O *Sr. Daniel Krieger* — Só ao final dêsses inquéritos aparecerão os elementos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Partir-se de uma suspeita, sem fundamentos, e logo gritar ao País inteiro que os Institutos de Previdência estão arrasados, isso é que não admito.

O *Sr. Heribaldo Vieira* — Apurados os fatos, se não houver irregularidades, os resultados serão proclamados.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Abra-se o inquérito, mas de pôsse de elementos convincentes que justifiquem a medida.

O *Sr. Daniel Krieger* — Onde o Senhor Jânio Quadros mandou abrir inquéritos, houve sobejas razões.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sua Excelência manda abrir inquérito baseado em simples denúncia.

O *Sr. Heribaldo Vieira* — Elemento mandou fechar onde as irregularidades são gritantes, a não ser que V. Exa. saiba de alguns que ignoro.

O *Sr. Padre Calazans* — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer, sobretudo por ser V. Exa. ilustre representante do Estado de São Paulo.

Sr. Padre Calazans — Causa-me espécie que V. Exa. naturalmente preocupado em combater êsses inquéritos e sindicâncias que devem ser feitos...

O SR. LIMA TEIXFIRA — Quem está contra? Sou contra o processo, a maneira escandalosa como são instaurados.

O *Sr. Padre Calazan* — ... não se lembre de levantar a voz contra o Govêrno passado, para denunciar o engavetamento de inquéritos sôbre assuntos gravíssimos, alguns dos quais acabam de ser citados.

O *Sr. Heribaldo Vieira* — Inclusive o do contrabando de um milhão de cruzeiros de whisky.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Confesso a V. Exas. que nunca soube de inquéritos engavetados. Se tivesse conhecimento, com a mesma autoridade com que elogio o Presidente Juscelino Kubitschek, fer-lhe-ia aqui a minha crítica.

O *Sr. Padre Calazans* — Êsses inquéritos que vieram à luz, Vossa Excelência os desconhecia?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não tenho conhecimento dêsses inquéritos, a não ser o do Coronel Ramagem. Foi um relatório publicado na Imprensa um simples relatório, não um inquérito.

O *Sr. Heribaldo Vieira* — Mas foi engavetado.

Sr. Padre Calazans — A experiência mostrou, no Govêrno de São Paulo, que êsses inquéritos e essas sindicâncias só fizeram bem. Posso garantir a V. Exa. que temos normalizada a vida administrativa de São Paulo e restaurado o respeito pela coisa pública, graças à ação do atual Presidente, quando Governador de meu Estado. Principalmente nesse campo, sua maneira de agir foi profundamente benéfica.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quando o inquérito é realizado realmente para apurar irregularidades existentes, não há como negar sua eficácia.

Fazer-se, porém, um inquérito sòmente para perseguir determinados chefes de repartições ou dirigentes de Institutos, com objetivos políticos, isso não!

O *Sr. Heribaldo Vieira* — Poderia V. Exa. mencionar um dêsses inquéritos, que a Nação desconhece?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Lamento não ter em mãos "O Globo" de há três dias atrás, que transcreveu carta de um alto funcionário, homem de bem, com mais de vinte e cinco anos de serviço. Dirigindo-se ao Sr. Jânio Quadros, colocou à disposição de S. Exa o cargo que ocupava a fim de que fôsse feito um inquérito em sua repartição. Acrescentava que sua vida tem sido um modêlo de dignidade, de integridade e de espírito público, mas pedia que o Sr. Presidente mandasse fazer a devassa!

O *Sr. Vivaldo Lima* — Quem não deve não teme.

O SR. LIMA TEIXEIRA — De certo.

O *Sr. Lobão da Silveira* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O *Sr. Lobão da Silveira* — A intimação mandada fazer pelo Go[illegible] roviária Nacional não representa uma violência?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não há mais garantia para qualquer mandato, exceto o parlamentar. Felizmente, ainda não chegou até aqui a ação do novo Govêrno, mesmo porque estaremos vigilantes, nesta tribuna, defendendo nossas prerrogativas. Mandado, porém já não é mais respeitado. Os membros dos colegiados dos Institutos de Previdência Social, nomeados para o prazo fixo de quatro anos, mesmo êsses o Sr. Presidente da República demite com facilidade. O nobre Senador Lobão da Silveira acaba de citar o caso da Rêde Ferroviária acional, cujos membos também têm mandato por tempo certo, agora anulado com a maior facilidade.

..O *Sr. Sergio Marinho* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O *Sr. Sergio Marinho* — Vossa Excelência, com sua habitual argúcia e com sua voz maviosa e encantadora...

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado a V. Exa.

O *Sr. Sérgio Marinho* — ...procura ferir o Govêrno justamente naqueles aspectos através dos quais êle mais se impõe e se recomenda à opinio pública. Todo Govêrno é vulnerável e talvez poucos Governos tenham sido tão vulneráveis quanto o Govêrno que V. Exa. está defendendo tão ardorosamente. O Govêrno do Senhor Jânio Quadros também não poderá fugir a essa regra. Iniciado há apenas quarenta dias, apresenta aspectos vulneráveis — nós que o apoiamos devemos ter a coragem de confessá-lo. Entretanto, é lamentável que V. Exa. haja escolhido como faixa de ataque a êsse Govêrno justamente os aspectos mais nobilitantes da sua administração, aquêles que visam a reabilitar a Administração Pública do Brasil. O Governador do Estado de V. Exa., durante sua atividade parlamentar, de maneira exaustiva, examinou um dos inquéritos mandado abrir pelo Govêrno do Sr. Juscelino Kubitschek. Qual foi o destino dêsse inquérito? V Exa. o sabe, tanto quanto tôda a Casa Também V. Exa. não ignora que sòmente em tôrno da COFAP foram abertos vários inquéritos, porque as denúncias foram de tal ordem que traumatizaram a opinião pública. Pergunto a V. Exa: qual o destino dêsses inquéritos? Quando o senhor Jânio Quadros manda instaurar inquérito em determinado setor da Administração Pública, é porque já possui indícios veementes de irregularidades nesse setor. E a publicidade sôbre a instauração dêsses inquéritos tem o objetivo de fazer com que a opinião pública o vigie, examine seu atos e veja, amanhã, o desfecho dêsses inquéritos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, vejo que não fui bem interpretado Quando foi que nesta Casa me manifestei contrário aos inquéritos?

O *Sr. Sérgio Marinho* — V Exa está-se queixando do Govêrno.

O SR LIMA TEIXEIRA — Sou contra os inquéritos que visam a perseguir funcionários com certas predileções políticas.

O *Sr. Heribaldo Vieira* — Tal não ocorreu.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Parece-me que o Sr. Presidente da República deveria antes procurar provas das irregularidades, para então mandar proceder a êsses inqu[illegible]

O Sr. Sérgio Marinho — Vossa Excelência sabe que não se manda abrir um inquérito em face de provas, mas de indícios. As provas só poderão surgir depois de o inquérito seguir sua marcha normal.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sob essa invocação pode-se fazer inquéritos em qualquer repartição pública...

O Sr. Sérgio Marinho — Desde que haja indício de qualquer irregularidade.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Mesmo que para isso se crie êsse clima de desassossêgo.

O Sr. Sérgio Marinho — E quanto à ilegalidade que diz respeito aos mandatos, V. Ex.ª sabe perfeitamente que nas sociedades de economia mista é o Estado o maior acionista. Portanto, o Estado pode escolher a administração que melhor convenha a essa emprêsa. E' da competência da União interferir e, assim, pode alterar.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Mas não nos Institutos de Previdência em que o tempo de mandato é certo.

O Presidente da República pode intervir, mas destituir sumàriamente quem está no cargo e nomear outro, não pode, porque há mandato certo.

O Sr. Sérgio Marinho — V. Ex.ª não pode comparar a coisa pública com a coisa privada.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Vejo que o artigo *inquietação* proporcionou muita inquietação no plenário. Vou continuar a leitura do artigo do "Diário de Notícias":

> Ainda no capítulo das relações com os Estados Unidos, está lançando o presidente uma rêde tentacular de elementos de ligação, junto aos governos estaduais, a qual não inclui apenas delegados do seu gabinete civil: a esta rêde de agentes da União nos Estados pertencentes também oficiais das fôrças armadas, a maioria no pôsto de major, cuja experiência necessàriamente reduzida irá contrastar com o poder imenso que acabará por concentrar-se em suas mãos, sobretudo nos pequenos Estados.
>
> Convém atentar para o fato de que, em 1962, haverá a renovação de dois têrços do Senado: e a Câmara, a repetir-se o fenômeno de 1958, está condenada em cêrca de setenta por cento e não ver renovado o mandato dos atuais deputados.
>
> Nesse mesmo ano de 62, vão ser disputadas onze sucessões estaduais, para o que fatalmente alguns dos ministros terão de desincompatibilizar-se logo em abril. Criam-se assim condições para uma completa revisão dos quadros governamentais e, em consequência das relações do poder executivo com o Congresso e as demais fôrças políticas.
>
> No meio de tudo isso, a única ressalva que no momento poderemos encontrar é que se salvam as intenções. Será talvez um excesso de vontade construtiva, aliada à forte personalidade do presidente, que a êste conduz a rumos perigosos.
>
> E' tempo, ainda, de moderar o ímpeto. Os resultados perseguidos, no sentido da recuperação geral do país, não excluem de modo algum, antes estão a impor todos os cuidados em favor não só da salvaguarda, mas também de maior pureza e autenticidade do regime.

Sr. Presidente, lamento que o artigo tenha sido lido entrecortado de apartes, apartes êstes dirigidos mais ao seu autor do que a mim.

O Sr. Sérgio Marinho — Não apoiado. Eu aparteei a V. Ex.ª.

O Sr. Heribaldo Vieira — O nobre orador mesmo aparteou o articulista.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Foram apartes dirigidos a mim, porém em função do próprio artigo que, para alegria nossa, parte de um jornal que foi a viga mestra da campanha do eminente Presidente Jânio Quadros.

Êste artigo vem revelar que a preocupação não é só do Congresso Nacional e expressada pela voz dêste seu modesto representante, mas a repercussão na Imprensa e não pròpriamente na Impressa que se opõe ao Sr. Jânio Quadros mas naquela que caminhou, lado a lado, com S. Ex.ª para a sua vitória.

Sr. Presidente, mais do que nunca, a atitude de vigilância e de fiscalização dos atos do Govêrno é imposta ao Congresso.

O Sr. Sérgio Marinho — Ninguém desaconselha esta atitude.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Hoje constituímos a maioria na Oposição; Ontem o Govêrno que saiu era maioria governamental. A maioria, entretanto, que atuou nesta Casa, sempre o fêz com grande brilhantismo.

O Sr. Vivaldo Lima — Era uma Oposição cordial.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Assim, Sr. Presidente, há um desajustamento nas peças dos três Podêres.

Vimos, ainda há pouco, o Judiciário ser atacado. Verdade é que por um Governador de Estado.

O Presidente da República, que terá de submeter a esta Casa do Congresso atos do seu Govêrno, encontra-se em minoria, sem o apoio das bancadas. Devo ressaltar, entretanto, que no dia em que S. Ex.ª remeter aó Congresso Mensagens que objetivem a defesa do interêsse coletivo e do bem público, nenhum Senador se oporá e S. Ex.ª contará, nessa ocasião, com a unanimidade do Senado. Porém, se S. Ex.ª continuar com medidas cujo alcance não compreendemos, atribuindo a oficiais a direção de um sem número de inquéritos, investindo contra o funcionalismo público exigindo dois turnos e derrubando dêsse modo uma tradição dêste país; se S. Ex.ª entende de colocar pessoas para acompanhar a ação dos representantes junto aos Governos de Estado...

O Sr. Vivaldo Lima — São observadores pessoais.

O SR. LIMA TEIXEIRA — ... Não sou contra. Com referência aos prefeitos, talvez S. Ex.ª pretenda apenas tomar algumas deliberações para socorrer aos Estados cuja situação econômica esteja periclitante.

Mas, como ia dizendo se S. Ex.ª ostensivamente prenuncia que não deseja contar com o Congresso, pois até as audiências com os parlamentares são espaçadas de um a dois meses, com isto está deixando claro seu pouco empenho no entrelaçamento das peças que constituem os três Podêres da República. Sr. Presidente é para dar o que pensar!

É para criar inquietações e nos fazer sentir, às vêzes, que não estamos num regime democrático, que descambamos para outros destinos.

O Sr. Sérgio Marinho — É uma presunção de V. Ex.ª!

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pode ser que seja. Por isso mesmo é que teço considerações e analiso os fatos. V. Ex.ª talvez acredite que não, mas não sou eu só quem mantém essas dúvidas; é também a Imprensa.

O Sr. Sérgio Marinho — No momento, o debate está sendo travado entre V. Ex.ª e a Casa. Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Sérgio Marinho — V. Ex.ª acaba de afirmar, categòricamente, que o Presidente da República, com a descentralização de seus dois Gabinetes, diminui a atuação do Congresso.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quem diz aqui é o artigo do "Diário de Notícias". V. Ex.ª quer que o leia de novo?

O Sr. Sérgio Marinho — Não estou aparteando o articulista!

O SR. LIMA TEIXEIRA — Mas V. Ex.ª está argumentando em função do artigo!

O Sr. Sérgio Marinho — Se V. Ex.ª faz suas as palavras do articulista, então remotamente eu me dirijo a êle. V. Ex.ª diz que o ato do Sr. Presidente da República descentralizando seus gabinetes diminui a autoridade do Congresso. Ora, considere V. Ex.ª, em primeiro lugar, o seguinte fato: o que o Presidente da República está fazendo é apoiado em suas atribuições constitucionais. Abrindo parêntesis, quero dizer a V. Ex.ª que, pessoalmente, sou contrário a essa providência de descentralizar os dois Gabinetes. Acho mesmo inócuo, para não dizer contraproducente. Mas, daí inferir V. Ex.ª que o ato que descentraliza os dois Gabinetes, colocando em cada unidade federativa um agente ou preposto do Presidente da República, fere os brios do Congresso, há, evidentemente, exagêro. O que o Presidente da República faz está dentro das suas atribuições constitucionais.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Ex.ª tem a faculdade de interpretar os fatos a seu jeito...

O Sr. Sérgio Marinho — Permite V. Ex.ª que conclua o aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Permito, mas não para V. Ex.ª me atribuir palavras que não pronunciei.

O Sr. Sérgio Marinho — Quero, apenas, lembrar a V. Ex.ª que estamos vivendo sob o regime de presidencialismo, e V. Ex.ª sabe, perfeitamente, a significação do sufixo "ismo": Além de ser um regime presidencialista, de certo modo elaborado e formulado sob o reflexo do regime presidencialista norte-americano, ainda exacerbou certos aspectos do Presidencialismo norte-americano. Basta V. Ex.ª atentar para o seguinte: os Ministros de Estado, nos Estados Unidos da América do Norte, têm a sua nomeação homologada pelo Senado. Aqui, entre nós, os Ministros de Estado são, apenas da livre escolha do Presidente da República.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Permita-me o nobre Colega. V. Ex.ª acha que não sensibiliza, de certo modo, a autoridade de um Governador de Estado, que é quem transmite as aspirações e as reivindicações de seu povo junto ao Presidente da República, ter um representante do Chefe do Executivo Federal no seu Estado.

O Sr. Sérgio Marinho — V. Ex.ª falava em Govêrno; agora fala em unidades federativas.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Ex.ª não estava atento quando me referi ao Congresso. Então será que S. Ex.ª, o Sr. Presidente da República, não acredita nos Governadores de Estado, que eleitos foram para a defesa dos seus ccestaduanos e para transmitir ao Chefe do Executivo Federal as reivindicações do povo que êle governa? Será necessário colocar-se um preposto do Sr. Presidente da República dentro dos Estados para auscultar e sentir as necessidades do seu povo. Anula-se aí a pessoa do Governador.

O Sr. Sérgio Marinho — Eu declarei a V. Ex.ª que, pessoalmente, não era favorável à descentralização dos dois Gabinetes, mas daí inferir-se que o ato que descentralizou os Gabinetes fere as autonomias locais há, evidentemente, um exagêro, para não dizer um disparate. Então um Govêrno local ficará diminuído na sua autoridade pelo fato de ter, ali, o Presidente da República, um seu delegado?

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Ex.ª deve-se referir aos disparates do Govêrno da República que têm, de tal jeito, provocado tais inquietações que até os seus correligionários vêm para a Imprensa, condenar seus atos. Estes, sim, é que são disparates.

O Sr. Sérgio Marinho — Não ferem a autoridade autonômica local porque o Govêrno Federal já tem outros representantes seus nos Estados.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Nós que temos uma tribuna, nosso dever é aqui estar chamando a atenção do povo, alertando a opinião pública para certos atos. Não quero descer a outros comentários.

O Sr. Sérgio Marinho — Acho que V. Ex.ª devia descer.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Está V. Ex.ª de pleno acôrdo com os rumos que o Govêrno pretende tomar, na política internacional?

O Sr. Sérgio Marinho — Seria V. Ex.ª capaz de pintar êsses rumos, ou de nos dar o sentido dêles? V. Ex.ª raciocina em têrmos de conjecturas, suposições e pressupostos. Conjecturas, suposições e pressupostos não podem servir de base a um raciocínio lógico. Aponte V. Ex.ª o rumo que êle está tomando na política internacional.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Será apenas conjecturas, suposição, o que diz a Imprensa? Os jornais de hoje anunciam que o Sr. Presidente da República reunirá amanhã o Sr. Ministro da Fazenda e outros para tratar do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e da participação da China Comunista, na ONU, além de outras medidas avançadas.

O Sr. Heribaldo Vieira — Acho tudo isso acertado: a China Comunista deve participar da ONU e nós devemos reatar relações comerciais com a Rússia e com a China Comunista. Não sei que sorte de Democracia é a nossa, tão frágil, que não possa fazer isso, quando a democracia na Itália e nos Estados Unidos pode assim sem que sofra coisa alguma.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com as minhas palavras não quero negar que assista razão a S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, em muitas coisas, mas o fato é que S. Ex.ª foge à tradição e cria um clima de intranqüilidade no país.

O Sr. Sérgio Marinho — Êsse clima S. Ex.ª já o encontrou.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É o que ocorre; e eis por que a imprensa independente, nessa hora, faz considerações em tôrno do caso. Se eu não reconhecesse no ilustre Diretor do "Diário de Notícias" um homem independente e digno, seria incapaz de homenageá-lo, como o fiz, quando se coloca patriòticamente na defesa dos interêsses do Brasil.

O Sr. Sérgio Marinho — Não está em causa a pessoa do Diretor do *Diário de Notícias*.

O Sr. Heribaldo Vieira — O Sr. João Dantas se coloca no seu ponto de vista e nós nos situamos no nosso, discordando das opiniões espendidas no artigo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, agradeço a colaboração dos nobres colegas que hoje são a voz do Govêrno, nesta Casa, e peço a S. Exas. que, em sua nova posição, sigam aquêles rumos que sempre preconizei desta tribuna: reconhecer erros e criticá-los, chegando mesmo ao ponto de usar de energia no combate a êles; louvar as boas medidas as soluções que venham ao encontro dos interêsses nacionais, do bem comum, da Pátria.

Se seguimos êsses rumos será possível nos encontrarmos. Se nós outros adotarmos a mesma posição de independência, Ss. Exas. poderão defender o Sr. Presidente da República quanto aos erros em que, porventura, incida; mas ao defendê-los ou justificá-los, não o façam com tão grande ardor, e sim preocupados, sobretudo, com o equilíbrio do regime...

O Sr. Sérgio Marinho — Vossa Excelência está tomando a nuvem por Juno.

O SR. LIMA TEIXEIRA — ...com a boa marcha dos acontecimentos.

O Sr Sérgio Marinho — De início declarei que discordava daquela providência tomada pelo Sr. Presidente da República.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Tivemos, no Govêrno passado fazes difíceis, princípios de revolução, militares que participaram de movimentos. Mas, lembrem-se V. Exas. de que o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira soube perdoar a todos e conduzir o País para a paz e a segurança do regime. Não se vê êsse propósito no Govêrno atual.

Sérgio Marinho — Discordo profundamente de V. Exa. quando diz que o Govêrno passado conduziu o país à paz e à harmonia.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O que percebo é o desejo de amesquinhar o ex-Presidente da República, de criar no País uma onda de desassossêgo. E' o que o Presidente Jânio Quadros vem, a todo instante, demonstrando com as medidas tomadas no início do seu Govêrno, e que têm provocado uma reação no País, especialmente nem grande multidão que constitui o funcionalismo público federal.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — Quero fazer uma ressalva ao propósito que V. Exa. atribui ao Sr. Jânio Quadros. Ainda o considero homem bem intencionado. Não acho esteja êle imbuído do intuito de querer amesquinhar o Sr. Juscelino Kubitschek. Pertencemos ao mesmo Partido, Partido que perdeu as eleições para a Presidência da República, conquistando, é verdade, a Vice. Mas, ainda quero dar um crédito de confiança ao Govêrno Jânio Quadros, qual o de lhe atribuir bons propósitos e boas intenções, no encaminhamento da administração pública. E em relação ao Govêrno passado, prestar-lhe a justiça que merece em todos os seus atos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Meu nobre colega. Essas apreensões não são minhas tão sòmente. Estou mostrando tratar-se de apreensões de correligionários do Sr. Jânio Quadros inclusive.

O Sr. Sérgio Marinho — No momento em que V. Exa. as veicula também as formula!

O SR. LIMA TEIXEIRA — São apreensões de todos. E, eu louvo, faço questão de louvar, aqui, êste jornal, o "Diário de Notícias" que, realmente, dá uma grande prova de independência. Louvo a imprensa, através de manifestações dessa ordem. E, na hora em que o Govêrno erra, pratica atos que possam conduzir o País a situações de desassossego, de inquietude, de intranquilidade, como a que estamos sentindo, o papel da imprensa é vir a lume, profligar, apontar êsses erros, conduzindo-se como devem se conduzir os homens que, nesta Casa, criticam o Govêrno do Sr. Jânio Quadros e que, amanhã, talvez, devam aplaudi-lo nas medidas que venham em convergência com os interêsses do povo.

Não vejam os que me ouvem, nas minhas palavras, qualquer prova de desaprêço ao Sr. Presidente da República. Não! Eu seria incapaz de qualquer gesto que pudesse colocar o Sr. Presidente da República em situação que não aquela que todos desejamos esteja S. Exa. a de servir ao nosso País. Não é o meu propósito amesquinhá-lo nem fazer críticas que possam provocar intrigas. Não! Estou apenas analisando atos do seu Govêrno.

Voltarei a esta tribuna, para aplaudir algumas medidas de S. Exa. Já me reservei a oportunidade, e inscrevi-me para aplaudi-lo. Talvez apresente algumas sugestões. Mas, nesta hora, teço estas considerações porque julgo do meu dever como representante da Bahia nesta Casa. Outros colegas já se manifestaram, em seus apartes, que tenho a agradecer, porque isto sim, isto é colocar o regime em plena atividade, é propugnar pelo funcionamento desta Casa, e pô-la no desempenho de suas funções repito, e não como diz, aqui, o articulista, que se sente que o Congresso Nacional, de hora para hora, diminui sua atividade.

Precisamos exercitar o Congresso Nacional: colocá-lo na posição que lhe compete.

Sr. Presidente o meu propósito é tecer estas considerações e pedir a transcrição, nos Anais da Casa, dêste magnífico artigo publicado no "Diário de Notícias" e que só faz honra ao seu proprietário.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Muito bem!*).

Durante o discurso do Sr. Lima Teixeira, o Sr. Novaes Filho deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. (*Pausa*).

Está a palavra à disposição de quem queira usá-la.

O SR. SÉRGIO MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Sérgio Marinho.

O SR. SÉRGIO MARINHO — (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, desejo fazer um ligeiro reparo em tôrno do debate que tive a honra de travar com o nobre Senador Lima Teixeira, representante da Bahia. S. Exª a certa altura disse que nós, da União Democrática Nacional, fazíamos a defesa incondicional do Govêrno. O adjetivo não se ajusta à minha natureza, ao meu modo de ser, nem à minha compreensão dos fenômenos políticos. Entendo que *disserve o* Govêrno, a situação que o apóia incondicionalmente. O papel da situação que apoia o Govêrno, é examinar com percuciência, com altivez e ética, os atos praticados pelo Govêrno, como também o papel da Oposição é examiná-los com severidade. Situação e Oposição servem, cada um a seu modo, ao Govêrno e o Govêrno serve ao regime.

O Sr. Lima Teixeira — Acho que V. Exª não me ouviu bem; não empreguei o têrmo incondicional.

O SR. SERGIO MARINHO — Talvez V. Exª não o empregaria, mas deu a entender que nós, da União Democrática Nacional, o apoiamos incondicionalmente.

O Sr. Lima Teixeira — Se necessário, pedirei as provas taquigráficas para provar a V. Exª que não empreguei o têrmo.

O SR. SERGIO MARINHO — Se V. Exª não usou o têrmo, retiro o que disse, mas a impressão que tive foi que esta era a intenção de V. Exª.

O Sr. Lima Teixeira — Sequer citei a União Democrática Nacional. Disse apenas os nobres colegas.

O SR. SÉRGIO MARINHO — Justamente insurgi-me contra a expressão.

O Sr. Lima Teixeira — Disse eu que alertava o Govêrno, não com o ardor tão grande de V. Exª, mesmo porque o papel de V. Exª, como o nosso, é de procurar servir ao Govêrno.

O SR. SÉRGIO MARINHO — E é através do debate que as situações clareiam e que os Governos podem seguir os rumos mais indicados aos interêsses coletivos.

O Sr. Lima Teixeira — V. Exª pode estar certo que no citei o têrmo "incondicional".

O SR. SÉRGIO MARINHO — Mesmo porque V. Exª sabe que não pode haver Govêrno sem Oposição. A Oposição quando não possui os seus canais naturais e expontâneos se continua a existir, se torna clandestina. Nos regimes totalitários, não chegamos ao xagêro de dizer que não existe oposição, porque ela é subterrânea, velada, por ser da própria dinâmica de um Govêrno sem apoio. Assim como não pode haver Govêrno sem apoio, não pode haver apoio incondicional. E' a grande virtude da vida democrática, da atmosfera democrática. E' justamente na atmosfera democrática que se pode conduzir, harmônicamente, os dois elementos fundamentais do Govêrno: o apoio e o ante-apoio. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais orador inscrito. (*Pausa*).

Vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 8 de março de 1961

(Quarta-feira)

1 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução 48, de 1960, que suspende a execução do art. 57, nº III, da Lei nº 61, de 21 de fevereiro de 1948, do Estado do Paraná (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 60).

2 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução 58, de 1960, que suspende a execução do nº XIX do art. 34 e do art. 104 da Constituição do Estado do Ceara (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 61, de 1961).

3 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução 60, de 1960, que suspende a execução da letra *d* do art. 2º do Decreto número 457, de 22 de janeiro de 1950, do Estado de Pernambuco (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 58, de 1961).

4 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução 61, de 1960, que suspende a execução da Lei nº 1 027, de 11 de dezembro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 59, de 1961).

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos*).

TRECHO DO DISCURSO DO SENHOR SENADOR LIMA TEIXEIRA, PROFERIDO NA SESSÃO DE 6 DE MARÇO CORRENTE, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAIDO COM INCORREÇÕES

.....

O SR. LIMA TEIXEIRA — Devem ser divulgados, mas não desse modo.

Já agora os bilhetinhos do Sr. Jânio Quadros são chamados de menorando.

O que pensarão os que lerem os bilhetes do Presidente? Dirão que êle procura livrar-se da responsabilidade jogando-a sôbre seus Ministros pois S. Exª poderá dizer: fixei prazo e não houve resposta. Ou, então, dirão que S. Exª quer mostrar-se dinâmico.

O Sr. Heribaldo Vieira — Serão respondidos ou ficarão para calendas gregas.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não vejo outra interpretação. Quem tomar conhecimento dêsses memorandos dirá que S. Exª está procurando dar a impressão de que está muito preocupado com certos problemas e que, por isso, fixa um prazo, a fim de que seus Ministros os resolvam e para que a opinião pública fique sabendo de seu interêsse; e ainda escreve um "urgente", depois de haver determinado o prazo para ser adotada a providência. E, se o Ministro não a executar? Até agora não se sabe de nenhum bilhete cuja determinação tenha sido acatada, isto após um mês de Govêrno, sendo que o prazo estabelecimento nos bilhetes é o de 10 dias. Então, a responsabilidade fica por sua conta.

.....